

HABEAS CORPUS Nº 570.357 - RS (2020/0078998-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : VITOR CARLOS FROZZA PALADINI E OUTRO
ADVOGADOS : ÂNGELA MARIA GONÇALVES DE SOUZA E SILVA -
RS069126
VITOR CARLOS FROZZA PALADINI - RS098253
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : JONATHAN MENEZES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN MENEZES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Narra o writ que o paciente está preso desde 29/9/2019 e que sua prisão preventiva foi decretada em 22/11/2019, pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Asseveram os impetrantes "que o presente processo é uma fragmentação de uma operação realizada pela autoridade policial denominada Astigmatismo, que originou o processo de nº 02221900127577. Nesse processo, o qual possui mais de quarenta denunciados, dentre eles o paciente, o juiz singular revogou todas as prisões preventivas em razão do atual contexto de risco à saúde pública em decorrência da pandemia de coronavírus." (fl. 4).

Alega que não subsistem os motivos para manutenção da prisão preventiva, bem como é dever do Juiz da causa reanalisar os seus fundamentos a cada 90 dias, conforme a nova redação do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

O impetrante requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja relaxada a prisão do paciente visto que está excedido o prazo legal de 90 dias para a revisão da sua manutenção e, subsidiariamente, "conceder-lhe a prisão domiciliar estendendo a decisão proferida no processo de nº 02221900127577 que é de mesma

Superior Tribunal de Justiça

natureza e réu, uma vez que se trata de preso provisório em presídio superlotado durante pandemia da Covid-19" (fl. 11).

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente